

Concluída a renegociação de US\$ 450 milhões devidos ao Japão

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Depois de sete meses de impasse, o governo brasileiro conseguiu finalmente acertar os detalhes do acordo bilateral que prevê o reescalonamento dos débitos contraídos junto a agências governamentais japonesas até 1984, no âmbito do acordo geral efetivado, no ano passado, a nível de Clube de Paris.

O secretário geral do Ministério da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, recém-chegado do Japão, onde esteve chefiando a missão do governo brasileiro, mostra-se satisfeito com os resultados: "Conseguimos conciliar nossas posições, e a redação final dos documentos já foi rubricada. A assinatura formal do acordo será efetivada, em breve, entre o

ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e os ministros japoneses, em data a ser marcada".

Este acordo envolve um total de US\$ 450 milhões, entre dívidas com o governo, garantidas ou seguradas por organismos governamentais do Japão, e terá seu prazo de pagamento reprogramado por um período de nove anos. Maílson Nóbrega explicou que as taxas de juros acertadas variam em função do tipo de agência: "Com o Eximbank, por exemplo, conseguimos fixar a taxa de 8%, enquanto com os outros tipos de agências a taxa é de 2,5%".

Na parte denominada em dólares (todo o resto da dívida foi contraída em ienes e que equivale a 1% dos US\$ 450 milhões) foi combinada uma taxa de juros de 10%. Trata-se de um crédi-

to segurado pelo Ministério da Indústria e do Comércio Exterior do Japão.

Como se sabe, a morosidade das negociações bilaterais com o Japão deveu-se à resistência, da parte do Brasil, em aceitar uma cláusula pela qual era exigido que o governo brasileiro assumisse o risco comercial nas transações que envolvessem crédito de comercialização com o aval do Eximbank japonês. "O impasse perdurava desde maio, mas conseguimos preservar nossa posição", revelou Maílson Nóbrega. Deste modo, acertou-se que o risco comercial continua a ser assumido pelos devedores originais, os tomadores finais.

ACORDO

Também com relação a este tipo de crédito, o governo japonês pretendia

que os contratos originais fossem alterados, através de aditamento de cláusulas, para que a eles fosse dado o mesmo tratamento concedido à dívida contraída diretamente de governo a governo. "Conseguimos também neste ponto manter o nosso ponto de vista."

Com este acordo bilateral, fica pendente ainda a definição final dos acordos com Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Inglaterra e Canadá. A reunião entre os representantes do governo italiano e os técnicos do Banco Central, integrantes da missão que esteve no Japão, iniciou-se ontem em Roma, e Maílson Nóbrega está otimista que uma definição seja extraída dos entendimentos. "É desejável que tenhamos tudo concluído até o final do ano", arrematou.